



SANCHES, Luan Erick Lima*

<https://orcid.org/0000-0002-9442-2970>

RESUMO: Propõe-se neste artigo o resultado parcial do estudo sobre a resistência presente nas literaturas de testemunho sobre a Ditadura militar na Amazônia brasileira, em específico no Pará. Para tal empreendimento, pretende-se analisar as narrativas do trauma presentes na obra *A Ilha da Ira* João de Jesus Paes Loureiro a partir das memórias ficcionalizadas do período. Em contraste com a história, o imaginário produzido pela imprensa e pelos documentos oficiais pode manifestar matizes diferentes na discussão sobre o período; o olhar mira coadjuvâncias, figurações e cenários que a história compõe junto à literatura. Intenciona-se entender a experiência presente nesta obra, entre memórias e verossimilhanças. A pesquisa volta-se à identificação e análise desses saberes históricos, com vistas a verificar como evidenciam e proporcionam organicidade à elaboração memorialística, ao mesmo tempo em que enfatizam a conduta resistente.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura militar; Amazônia; Resistência.

ABSTRACT: This article proposes the partial result of the study on the resistance present in the witness literature about the military dictatorship in the Brazilian Amazon, specifically in Pará. For such undertaking, we intend to analyze the trauma narratives present in the work *A Ilha of Ira* João de Jesus Paes Loureiro from fictionalized memories of the period. In contrast to history, the imagery produced by the press and official documents can manifest different nuances in the discussion of the period; the gaze looks at the companionships, figurations and scenarios that history composes along with literature. We intend to understand the experience present in this work, between memories and verisimilitudes. The research focuses on the identification and analysis of this historical knowledge, with a view to verifying how they evidence and provide organicity to the memorialist elaboration, while at the same time emphasizing the resistant behavior.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Amazon; Resistance.

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba. E-mail: luanlimasanches.ls@gmail.com



INTRODUÇÃO

*Fica decretado que agora vale a verdade,
que agora vale a vida,
e que de mãos dadas,
trabalharemos todos pela vida verdadeira.*

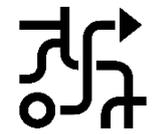
Thiago de Mello

Do longo poema de Thiago de Mello, *Os estatutos do homem (ato institucional permanente)*, em 1964, ficaram suas palavras e seus apontamentos. Das poucas coisas que permaneceram, foram seus poderes quase místicos, com os quais tomam de prontidão o fôlego de quem lê. Encantaria da “braba”, alguns diriam no Pará, ou que o poeta estava “mundiado”. De fato estava, e aterrado numa realidade que até parecia história de pescador. Entre as margens dos rios do Pará, também surgem João Jesus de Paes Loureiro, figurando suas poéticas, Benedito Monteiro, esticando a Terceira Margem. Paulo Fonteles, Ruy Barata, André Costa Nunes entre tantos outros nomes invisibilizados nos lamacentos rios da Amazônia brasileira.

Uma coisa que os toca e une suas contribuições é o engajamento em uma militância contrária ao golpe de Estado em 1964. Perseguidos, alguns exilados, outros torturados. O poema manjedouro em 1 de abril do mesmo ano, traz como tema aquilo de comum a todos os humanos do planeta: a esperança. É o que abre portas para as outras expressões que cunharam sentimentos na espacialidade do tempo. Climatizaram informações e lhe atribuíram aquilo que o estado de exceção impôs aos contrários, por vezes a raiva, o ódio, por outras a memória daquilo que se podia pensar antes do passado. Aquilo que cheirava, parecia, soava e tateava terror. Texturizaram os papéis com aquilo que ficou marcado em seus corpos.

É sobre isso que este estudo trata. Aqui, nos debruçamos em figurações de experiências limites que marcaram a quem as escreveu. Procuraremos nos ater às potencialidades que o estudo destes textos tem para adensar o material histórico e historiográfico. A partir da dramaturgia da peça *A Ilha da Ira*, de João Jesus de Paes Loureiro, procuramos entender como esta nos permite um olhar regionalizado desses traumas perpetrados pelo Estado durante o período da ditadura militar no país.

Em breves tópicos trataremos sobre o regime militar na Amazônia a partir da análise dos saberes históricos contidos na literatura. Empreendemos nossas veredas iniciando, no primeiro tópico, com um passeio sobre as definições acerca da história, literatura e como isto pode ser entendido na Amazônia brasileira. Por seguinte,



debruçamos nossos olhares para a paisagem que a literatura de Paes Loureiro oferece, mirando os coadjuvantes da história que são apresentados como saberes históricos e, portanto, como podem ser analisados sobre os holofotes da história.

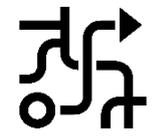
Posto que apresenta parte de um estudo em execução, ao final deste texto talvez teremos mais perguntas do que respostas. Por suposto, não é nosso objetivo responder; galgamos uma trilha árdua nas fronteiras entre ciências, artes e histórias. Nos contentamos em oferecer possibilidades de *historiar* as fontes aqui tratadas.

“FICA DECRETADO QUE O HOMEM NÃO PRECISARÁ NUNCA MAIS DUVIDAR DO HOMEM”¹

João de Jesus Paes Loureiro é um renomado poeta abaetetubense, prosador e ensaísta, cuja biografia é marcada por sua dedicação à arte e à literatura. Além de suas contribuições como professor de Estética e Arte, ele obteve seu doutorado em Sociologia da Cultura na Sorbonne, em Paris, com uma tese intitulada "*Cultura amazônica: uma poética do imaginário*". A obra poética de Paes Loureiro é reconhecida por sua universalidade, que se fundamenta nos signos e elementos do mundo amazônico, como a cultura, a história e o imaginário. Por meio desses elementos, ele oferece uma visão cosmológica singular e uma leitura particular do mundo contemporâneo. O diálogo estabelecido por Paes Loureiro com as principais fontes e correntes literárias da atualidade resulta em uma obra original e inovadora, que poderia ser considerada uma síntese poética sensível para a compreensão do mundo, tendo como base as riquezas da região amazônica.

Um dos aspectos distintivos da escrita de Paes Loureiro é sua habilidade em utilizar o mito como uma metáfora para revelar verdades sobre a realidade. Através de sua obra, ele explora os mitos amazônicos e os transforma em elementos poéticos que transcendem o imaginário para refletir sobre questões e dilemas contemporâneos. Dessa forma, João de Jesus Paes Loureiro se destaca como um autor de grande relevância, cuja produção literária oferece uma perspectiva que une a riqueza cultural e simbólica da Amazônia com a contemporaneidade global. E tratar da história da região a partir do indivíduo que escreveu a dramaturgia é uma tarefa árdua que circunscreve perceber o imaginário inscrito nas publicações de jornais contrárias ou

¹ Do artigo IV do poema de Thiago de Mello e é o que aqui dá tonalidade ao discurso. Ver em MELLO, Thiago. Os estatutos do homem. São Paulo: VR Editora, 2011.



favoráveis à ditadura, compreender o contexto com qual o autor escreve a obra (seus medos, sua vida cotidiana, o que se quer representado) e reconduzir a experiência que fez daquele evento traumático um ponto com o qual podemos entender como foi contado o passado.

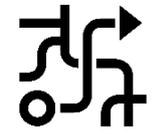
Nosso trabalho ao falar de uma história da Amazônia, engendrada pela literatura de Paes Loureiro, necessita de um deslocamento temporal para que possamos entender como as representações e os imaginários construídos da região configuram um poder controlador das vidas no local. E esse recuo precisa ser entendido por meio das *Vozes do Rio* (PIZARRO, 2012).

Nos anos iniciais da colonização ibérica no território é marcado pela descrição de paisagens, povos, culturas e das experiências vividas pelos que se aventuraram a percorrer o lugar novo coberto de uma mata densa e um “mar doce”. Os escritos dos remetentes aos reinados europeus sugeriam diversas imagens que muitas vezes eram reproduzidas em pinturas e cartografias, como pode ser visto nas gravuras de Theodore de Bry. A partir da leitura destes relatos e da iconografia do período podemos reconhecer uma diversidade de permanências entre as representações da época e as perspectivas mitológicas, por assim dizer, de um congelamento temporal da Amazônia. Isso é fruto de seu traço mais geral, como afirma Pizarro: “o de ter sido construída por um pensamento externo a ela”².

As permanências perpassam desde uma imagem de unidade regional, em um território que abarca 8 países (Brasil, Colômbia, Equador, Venezuela, Peru, Bolívia, Suriname, Guiana e Guiana Francesa); até a imagem de alteridade, fruto deste aspecto colonizador de afirmação de poder sobre os conquistados a partir da imagem de superioridade frente ao subordinação da cultura que se expressava entre os povos que aqui habitavam.

Um importante documento é publicado em 1991 pela Comisión Amazónica de Desarrollo y Medio Ambiente, destacando críticas aos mitos que permanecem na imagem atrelada a Amazônia, são elencados 7 para discussão: 1) a homogeneidade da Amazônia; 2) O mito do vazio e da virgindade amazônica; 3) O mito da riqueza e, ao mesmo tempo, o mito da pobreza amazônica; 4) O da Amazônia “pulmão da Terra”; 5) O mito do indígena “freio para o desenvolvimento”; 6) O mito da Amazônia como

² PIZARRO, 2003, p.31.



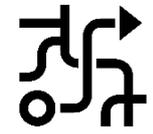
solução ou panacéia para os problemas nacionais; 7) O mito da Internacionalização da Amazônia.³

Nesse documento, se percebe que problemas corriqueiros do século XVI ainda estão presentes e um ponto comum a todos eles é o da alteridade, ou da diferença. A busca por soluções estrangeiras, com as quais se teria maior conhecimento técnico-científico-educacional, possíveis para resolver os males que atravancam o desenvolvimento mundial e que poderiam ser a chave para o sucesso da experiência humana na Terra. Porque, segundo o pensamento colonizador, os povos que aqui habitavam seriam incapazes de resolver os próprios problemas. E mesmo mestiços, frutos do encontro entre os povos, violentos ou não, que seriam ainda classificados como povos da mata ou do rio - *caboquinhos* ou ribeirinhos - e detalhadas em descrições a cultura, que é vista como uma só, ao ponto de decifrar os motivos do atraso e do vazio geográfico demonstrado em cartografias e censos.

É o caso dos relatos de viagem que ocorreram entre 1530 e 1668 com conquistadores espanhóis, portugueses, franceses, holandeses, alemães e ingleses. A partir destes relatos, Pizarro destaca 3 figuras básicas do imaginário - as Amazonas, o Eldorado e o Maligno. A autora disserta como as expedições de Carvajal, de Pedro de Urzúa e Lope de Aguirre e a de Pedro Teixeira são importantes para a definição daquilo que conhecemos hoje como Amazônia. Desde a nomenclatura do rio, das percepções acerca dos indígenas e suas culturas, até as expressões que os conquistadores demonstravam de seus intentos no território, em modos de conquistar poder perante seus reinados. Segundo Pizarro:

A Amazônia é, assim, uma construção discursiva. Somente através dessa construção é possível chegar à sua imagem. Esta região do imaginário é a história dos discursos que foram erigidos, em diferentes momentos históricos, dos quais recebemos apenas uma versão parcial, a do dominador. Como espaço físico e cultural, a Amazônia possuía elementos que atuavam como dispositivos simbólicos no invasor, instigando neles conexões semióticas do imaginário, permitindo que comparasse com o que via um universo mítico, que respondia a suas carências, expectativas, necessidades físicas e espirituais. O resultado disso foi a elaboração de textos como elementos em comum, cujas relações representam as formas dos imaginários da sociedade europeia em determinadas condições de existência. Este discurso constituiu um *corpus*, que surgia a partir da interação do novo ocupante - espanhol, português, holandês, inglês, francês - com o meio. Não era um discurso inocente, procedia de um ponto de vista, de uma história e suas necessidades. Carregado, pois, de fantasias. Seu efeito sobre

³ COMISIÓN AMAZÓNICA DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE, 1991, p. 1.



o meio foi, entretanto, determinante para o que viria a ser o futuro deste espaço geográfico e suas sociedades. (PIZARRO, 2003, p. 33-34)

Aqui ela demonstra também o aspecto teórico-metodológico com o qual analisa estes relatos e a sua noção de discurso, muito influenciada pelo que Stuart Hall e Michel Foucault constroem acerca da *formação discursiva*, e que “não se trata de declarações isoladas, mas de declarações articuladas em torno de um mesmo sentido”⁴. Está aqui, portanto, demonstrando uma importante faceta nesta análise acerca da literatura na Amazônia, pois é com elas que se pintam paisagens históricas no imaginário dos leitores desses textos e é com elas que grande parte da conquista dos povos originários é efetuada, através da domesticação promovida com a catequização católica dos diversos grupos que aqui chegaram em missões.

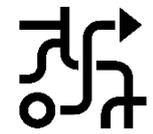
E porque recorreremos a esse recuo no tempo em uma análise histórica do tempo presente? Porque aí está fundamentada a alteridade inerente ao olhar sobre a Amazônia. Uma questão de negação da própria realidade que acompanha os processos civilizatórios de desenvolvimento e urbanização. E que se encontra bem visível nos discursos de desenvolvimento para a região nos Planos Nacionais de Desenvolvimento e é o objetivo de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). O “I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974)”, promovido pela SUDAM, destaca:

De acordo com a orientação do Ministério Planejamento, o presente trabalho se baseou em uma análise das peculiaridades regionais e de um diagnóstico dos diversos setores (subsetores), para o estabelecimento, em bases reais, de uma programação do Governo Federal na Amazônia, para o período 1972-1974. Essas propostas referem-se à utilização de uma “estratégia que promova o progresso de novas áreas e a ocupação de espaços vazios”, e a “integração do desenvolvimento do Nordeste com a estratégia da ocupação econômica da Amazônia”. Estas metas, a que se propõe o Governo, para 1972-1974, visam o desenvolvimento do País, como um todo, o das duas macrorregiões prioritárias interligadas (Nordeste e Amazônia) e da Amazônia em si.

A conquista planejada e coordenada dos espaços vazios amazônicos trará, como consequência, a extensão da fronteira econômica e a ampliação do mercado interno, pela integração econômica e social da Amazônia ao Sudeste brasileiro. (SUDAM, 2019, p. 16)

Essa estratégia que promove o progresso está acompanhada de 7 frentes que inclui 1) Setores Produtivos, 2) Recursos Naturais, 3) Serviços Básicos, 4) Recursos

⁴ IDEM, P. 30.



Humanos, 5) Desenvolvimento Local, 6) Programas Especiais, 7) Incentivos Fiscais. Tais processos foram avaliados em 1973 e 1975 e tinham por objetivo “a definitiva conquista da Amazônia e sua integração social e econômica ao restante do País”.⁵ A tônica está próxima da “infernalidade” que coloriu o nome da colônia portuguesa, sobre o demônio que ainda estaria vitorioso entre as terras brasileiras.⁶

No caso da colonização, nos primeiros séculos de ocupação ibérica, a criação de instrumentos linguísticos, como dicionários, gramáticas, catecismos e listas de palavras, serviriam de ferramenta para uma dominação não só cultural, mas uma conquista territorial, linguística e de um espaço epistemológico⁷, e “Dessa forma, a criação de instrumentos linguísticos vai além da tradução linguística e cultural; foi também ferramenta de dominação colonial por e para os colonizadores”.⁸ É possível perceber nesse estudo o que tange a Amazônia no começo da colonização: Pizarro compreende a complexidade envolvida na região, desde os imaginários construídos até a confusa movimentação de povos originários e europeus.

“SENHORA DOS DESESPERADOS, VALEI-NOS!”

Contém naqueles versos de Thiago de Mello, que estão epigrafados no texto desta pesquisa, um recorte temporal anterior à pesquisa, mas muito importante para o debate do porvir. Na Cena I, de *A Ilha da Ira*, em coro se canta, ou declama, como em uma ladainha uma reza para Nossa Senhora dos desesperados, porque “nós estamos sós/nós estamos nus/nós estamos fome”⁹. Aqui utilizo desta passagem da peça de João Jesus de Paes Loureiro para elucubrar o potencial de criação e destruição que contém na fronteira entre a história e a literatura deste cidadão que vos escreve. No dia 1 de Abril de 1964, foi anunciado o golpe que viria a tornar a ditadura o regime de exceção que permaneceu no país por 21 anos. O golpe merece ter suas qualidades discutidas, mas não neste artigo, por ora, me atenho a aconselhar a leitura dos pesquisadores que já o fizeram antes de mim, entendendo o golpe como um Estado de exceção militarizado. O que se pode dizer, e que influencia muito nesta

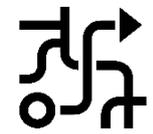
⁵ Planos de Desenvolvimento da Amazônia: levantamento bibliográfico dos estudos e pesquisas desenvolvidas pela SUDAM. Belém: SUDAM, 2019.

⁶ Trecho em MELLO E SOUZA, 1989, p. 67.

⁷ PINHEIRO, 2005, p. 157. *apud* PRUDENTE, 2015, p. 645.

⁸ PRUDENTE, 2015, p. 645.

⁹ LOUREIRO, 2000, p. 149.



pesquisa, é que existiu uma narrativa presente na imprensa que transforma seres humanos em “alienígenas”¹⁰, como ocorre em reportagens nos jornais da época no Pará nas quais os comunistas eram relatados como terroristas, alienígenas e tantas outras nomenclaturas.

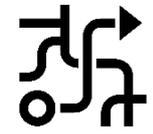
E é aqui que se instaura uma narrativa de resistência imersa em toda essa complexidade cultural que supracitada neste estudo. A Amazônia, recortada por rios e margens, é habitat natural de mistérios e encantarias, o que a muitos pesquisadores estrangeiros incita a chamar de exótico. O que nada mais é do que a face da região de cultura e extensão continental, com as quais se misturam imaginários da colonização ibérica, da escravização do negro e do indígena, das cosmogonias de cada povo e da criatividade que paira na paisagem. Ganham formas, sons e até cheiros as Matintas, Boiunas, Caboclos, Cunhatãs e tantas outras encantarias com as quais muitas nuances das regiões ribeirinhas podem ser compreendidas.

São maneiras de perceber uma experiência histórica permeada em uma memória coletiva. Submeter tais saberes históricos a uma simples “história de ninar” ou incluí-las no ensino de história apenas uma vez ao ano, quando se comemora o folclore em Agosto é, talvez, uma forma requintada de dizimar culturas. Reconhecê-las e a seus potenciais de estudo da Amazônia brasileira é parte fundamental no ofício do historiador neste país, cuja floresta Amazônica calhou de preencher 54% do território. Gaddis, em *Paisagens da História*, entende que estamos limitados a aprender pelo passado e que podemos fazer isso sistematicamente quando “não existe uma 'correta' interpretação do passado, mas que o ato de interpretar é, em si, a expansão da experiência vivenciada por outrem, e da qual poderemos nos beneficiar”.¹¹

A narrativa de resistência encontrada na leitura d’*A Ilha da Ira* instiga um novo olhar sobre as histórias contadas sobre o terror e a violência perpetrados no período em que o regime militar golpeou a democracia brasileira. A ditadura instaurada reverberou em uma diversidade de âmbitos suscitando a pluralidade de verdades a serem contadas. Há possibilidades de estudos a partir dessa pluralidade de textos que viabilizam olhares outros sobre um assunto que continua em voga. Entender, portanto, a resistência e contra o que se resiste se faz necessário. Se utilizarmos a definição

¹⁰ Folha do Norte, 31/03/1968.

¹¹ GADDIS, 2003, p. 25.



clássica de Norberto Bobbio, ao conceituar a resistência europeia, podemos concluir que esta é “não só a defesa da nação contra a ocupação e a exploração econômica, como também a defesa da dignidade do homem”¹². Fica entendido então, e estamos reiterando, que: resiste-se ao autoritarismo, à exceção que se fez presente no Estado, ao passado que não passa e a um presentismo teimoso em transformar tudo em monocultura.

Outro ponto importante a se destacar, é o pensamento introduzido por Alfredo Bosi sobre a resistência como imanente à escrita literária, entendendo a literatura e seus escritores como propositores de um pensamento sobre umas realidades outras que não as do cotidiano mesmo das aparências, mas as de um realismo que está inteiramente imerso em uma “tensão interna que as faz resistentes, enquanto escrita, e não só, ou não principalmente, enquanto tema”¹³.

Quando a ficção alcança a narrativa histórica, na dramaturgia ou nos romances, pode oferecer outra perspectiva diferente de uma verdade inteira: por um lado, suplementações daquilo que foi verdade, por outro partilhas com aquilo que foi vivido. Em ambos os casos, a narrativa do trauma ganha contextualizações impossíveis à documentação, tessituras de uma experiência vívida na memória. De acordo com Seligmann-Silva, a literatura de testemunho “possui o corpo – a dor – como um de seus alicerces”, como assim também o é “suporte para a nova cartografia mnemônica” da qual está sujeito (o corpo) enquanto documento histórico. O caso das literaturas de testemunho é que são fragmentos da memória escritos com violência no corpo, na mente e no tempo vivido¹⁴.

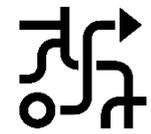
Tânia Sarmiento-Pantoja, ao estudar a obra em questão propõe que a abordagem desta pela literatura de testemunho é capaz de compor uma narrativa da resistência, enfocando o texto literário a partir de seu contexto histórico e extraíndo de suas expressões as relações com o mundo vivido.¹⁵ Um ponto de vista que perpassa a história, mas mantém o foco na literatura e compõe com ela uma noção do que pode

¹² MATEUCCI, Nicola, Resistência. IN: BOBBIO, 1998, p. 1114.

¹³ BOSI, 1996, p. 23.

¹⁴ SELIGMANN-SILVA, 1998, p. 22-23.

¹⁵ Ver em SARMENTO-PANTOJA, Tânia. Literatura e História: intermediações sobre a Amazônia em Benedicto Monteiro e João de Jesus Paes Loureiro. Curitiba: XII Congresso Internacional da ABRALIC Centro, Centros – Ética, Estética, 2011. Disponível em: <https://abralic.org.br/eventos/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC0135-1.pdf>. Acesso em 28/04/2023.



vir a ser o gênero literário da Literatura de Testemunho ou de suas narrativas de resistência. Um ponto de vista semelhante pode ser encontrado em Seligmann-Silva, quando analisa a narrativa do trauma, estimando as necessidades que a testemunha tem em traduzir sua experiência e as políticas da memória traumática.¹⁶

Um pouco das duas pesquisas pode ser colocado ao estudar a dramaturgia da peça de Paes Loureiro. É muito importante enquadrá-la como uma representação daquilo que o autor viveu e que quando entendido como um sobrevivente deste período, se entende a qualidade de seu testemunho presente na obra. Em *A Ilha da Ira*, dramaturgia de João Jesus de Paes Loureiro, um naufrágio ocorre. O Adamastor sofre um acidente e sete atores são sobreviventes em uma ilha. Patroni, Heitor, Tião, Sílvia, Ana, Leo e Ulisseu têm sentimentos em comum: medo, angústia, desespero, terror; outrossim, lhes falta a memória, a noção de tempo, a razão.

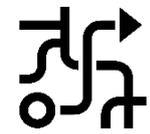
Governada por uma Velha, a Ilha é o local onde o totalitarismo atua em pujança. A peça que ganha em 1975, em 1º lugar, a premiação do Serviço Nacional de Teatro, do Concurso Universitário de Peças Teatrais, tem como narrativa a vida destes atores sobreviventes em uma ilha à procura da saída: a volta à realidade. Uma mistura das encantarias, mitologia grega e a história brasileira é encenada em 1976, representando o autoritarismo e a panotipia presente na ditadura militar brasileira, encarnada n'A Velha.

Cena IV

(Uma jovem solfeja um tema profundamente melancólico, tipo canto de ladainha. Sua atitude é de abatimento e tristeza. A expressão é vaga - “Era uma vez uma cobra que se chamava boiúna e devorava as pessoas que dela se aproximavam. Todos tinham tanto medo que nunca ninguém se havia aproximado dela, mas como poderiam saber que ela devorava, se nunca ninguém tinha dela se aproximado?”) (LOUREIRO, 1975, 151.)

A velha se transforma em boiúna e é um conto recorrente no folclore brasileiro, como as matintas são velhas que transformam-se em pássaros e tantas outras entidades transfiguram-se em animais selvagens, apesar da humanidade aparente. A maioria dessas histórias são contadas para aterrorizar crianças para que seus atos não se correspondam com tais personagens, ou tornariam-se alvos das mesmas. Uma coisa se assemelha bastante ao horror por vezes testemunhado em várias histórias

¹⁶Ver em SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar O Trauma – A Questão Dos Testemunhos De Catástrofes Históricas. Psic. Clin., Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.65 – 82, 2008.



dos sobreviventes, torturados ou não: apesar da humanidade presente na indumentária e nas arquiteturas militares, por debaixo, nos porões, a selvageria tornara-se normal. Pessoas nuas, ensanguentadas, amordaçadas para que deixassem suas humanidades ali e nos interrogatórios implorassem por algo dela, ainda que trocada por informações dos militantes.

Cena VI

(PATRONI, LEO E HEITOR)

PATRONI_____ Tenho medo. Há tanto tempo que naufragamos e não temos a menor esperança. E cada vez nos tornamos dóceis a tudo o que essa mulher sem alma deseja.

LEO_____ Cuidado. Se alguém nos escuta, estaremos mal.

PATRONI_____ Há vários anos naufragamos e ainda não posso esquecer o coro de lamentações dessa gente implorando naufrágio para que houvesse fatura na praia.

LEO_____ Pareciam piranhas sobre nossos víveres, roupas...

PATRONI_____ Sinto raiva só de pensar nisso. O pior de tudo é que, ultimamente, eu tenho sentido vontade de me unir ao grupo, implorando o naufrágio das embarcações que passam.

LEO_____ Você está louco.

PATRONI_____ Pelo menos sei que não era louco.

LEO_____ Nós temos de dar um jeito nisso. Encontrei o Tião muito próximo da Sílvia. Eles sabem que o amor foi proibido entre nós, porque não podemos aumentar. Essa mulher diabólica que domina o povoado, depois que ficou sozinha, odeia tudo. Seria terrível se ela percebesse alguma coisa. (LOUREIRO, 1975, p. 154-155)

No excerto é possível observar as encantarias a serviço do testemunho sobre o período. Não ser escutado para que algo pior que o naufrágio não ocorra; para que não se torne mais uma parte da história da boiúna; para que continue sendo parte da própria história. Concomitante ao longo poema de Thiago de Mello, em epígrafe no começo do texto, ocorre a seguinte notícia, publicada na *Folha Vespertina*, em 1º de Abril de 1964, comunicando decisão da União Acadêmica Paraense (UAP):

NOTA OFICIAL

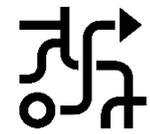
A União dos Estudantes Paraense cumprindo decisão de seu congresso extraordinário ontem realizado. Considerando que se desenvolve no país um processo golpista contra o mandato do presidente da República e atendendo a orientação da União Nacional dos Estudantes.

RESOLVE:

1- Decretar greve geral dos universitários paraenses até que seja destruído todo esquema golpista que ameaça o Brasil;

2- Conclamar todos os oficiais, sargentos, trabalhadores, camponeses e o povo em geral para cerrarem fileiras em torno do presidente da República que encarna neste momento os sentimentos reformistas de libertação do povo brasileiro.

Belém, 1º de Abril de 1964. (Nota Oficial. Folha Vespertina, 1 de abril de 1964)



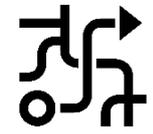
Em 1968, o AI-5 é promulgado pelo presidente Costa e Silva que fechou o congresso, decretou a censura, a ilegalidade de reuniões não autorizadas pela polícia, o poder de destituir sumariamente quaisquer pessoas que não correspondessem à ordem de segurança nacional. Estavam ali as forças armadas sozinhas. Instituída por si própria, construiu sua própria potência: a inteligência com os planejamentos de integração nacional, a polícia para vigiar e punir, a censura para permitir que fossem veiculadas apenas informações permitidas e a construção do imaginário que clamava contra o comunismo e os revoltosos. Paes Loureiro inscreve no seu texto, colocando nas falas dos naufragados a situação vigente: retirados de sua terra, vigiados, sem liberdade e já sem a possibilidade de amar. No mesmo barco estavam gregos e troianos e naufragaram juntos, perdendo-se na ilha sua cultura e seu amor por suas terras; Patroni, que aqui pode ser comparado a Felipe Patroni, importante personagem da Cabanagem.

Ao explorar os meandros profundos de sua escrita, o autor de *A Ilha da Ira* busca nada menos do que a complexidade de lidar com a memória e narrar um trauma. Ele enfrenta o desafio de submeter seu texto e sua peça ao mesmo sistema que retrata em seu conteúdo, disfarçado como folclore. Aos estudiosos do folclore, muito tem a ser dito, aqui cabe apenas o consenso de que as maldições descritas nestes contos podem até ser irreais (ou surreais), mas são sentidas na pele, com arrepios e palpitações.

Em um informe intitulado "Movimentação universitária na UFPA - Escola de Teatro da UFPA - A peça *A ilha da ira*", datado de 16 de dezembro de 1977 e disponível no Arquivo Central da UFPA, descreve a peça como tendo um caráter "subversivo" e que tenta "expor" ou "distorcer" a realidade brasileira da época.¹⁷ Outro documento que corrobora essa pesquisa confirma que Paes Loureiro era de fato um dos vigiados pelo regime ditatorial, como se pode observar no documento de 4 de setembro de 1974, no qual ele é mencionado enquanto ministra uma palestra sobre cinema juntamente com o professor Ubiratan Rosário, professor de Cultura Brasileira na UFPA, "apesar de o Reitor haver informado que não autorizara o evento".¹⁸

¹⁷ Disponível em: https://memorialcesarleite.com.br/documentos_sni/129 acesso em 19/04/2023.

¹⁸ Disponível em https://memorialcesarleite.com.br/documentos_sni/59 acesso em 19/04/2023.

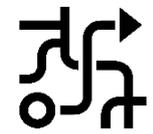


O autor consegue o feito de transmitir o testemunho de um sobrevivente dos sombrios porões da ditadura. A narrativa de um trauma percorre um emaranhado de políticas da memória, nas quais é preciso dar textura à dor vivida. Busca-se partilhar as sensibilidades do sobrevivente, transformando sua história em arte, construindo, cena a cena, a catástrofe que ele enfrentou. Como um contador de histórias, o sobrevivente tem a capacidade de ficcionalizar sua própria experiência e busca naquele que o escuta um momento de transformação em testemunha solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das formações discursivas presentes no texto revela uma continuidade de processos significativos para a formação da região, exigindo uma variedade de conhecimentos para sua compreensão. Ao examinarmos as resistências presentes na dramaturgia, buscamos compreender como os personagens e suas ações são moldados e influenciados pelo contexto histórico e social em que estão inseridos. Ao investigarmos a forma como o autor e sua obra resistem, procuramos entender como um escritor no norte do país, em uma capital amazônica, consegue narrar uma experiência-limite, evidenciando a complexidade das aporias que surgem nas nuances e nas sombras das relações de poder durante o regime ditatorial.

Estamos dialogando com as histórias, os saberes históricos, os conhecimentos que estão indiciados no que foi contado pelos caboclos e ribeirinhos - ou nas suas representações - e que podem ser coadjuvantes de uma história. Ocorrem nos indícios de testemunho contidos na dramaturgia de Paes Loureiro; ocorrem nos diálogos entre-margens de Benedicto Monteiro; nos diversos relatos dos escritores paraenses, muitos deles caboclos e ribeirinhos. Para este trabalho, é importante destacar a importância da relação entre expectativa e experiência para o conhecimento da condição histórica a que se estabelece entre autor, obra e contexto. Esse debate entre experiência e expectativa foi muito bem elaborado por Koselleck, quando apresenta que essas categorias “nos remetem também à parcialidade das interpretações progressivas. Pois evidentemente só se pode reunir experiências porque — como experiências — elas podem ser repetidas. Portanto, também devem existir estruturas da história, estruturas formais e de longo prazo, que sempre de novo nos permitam reunir experiências. Mas então também deve ser possível superar a diferença entre experiência e expectativa, a ponto de a história poder novamente ser



ensinada. A História só poderá reconhecer o que está em contínua mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam. Também estas precisam ser buscadas e investigadas, se quisermos que as experiências históricas sejam traduzidas para uma ciência da história.¹⁹

A partir disto, podemos reconhecer que existe uma multiplicidade de histórias presentes. São versões interpretadas cada qual a sua maneira, cujo foco não mais se coloca em reconhecer a “mais verdadeira verdade histórica”, mas em entender quais versões podem ser realçadas em contraste às falsificações. Determinando, portanto, aquilo que não é história do que foi contado, antes de decidir aquilo que é. Bosi, ao escrever sobre a narrativa de resistência entende essa posição literária não mais como mera ficção, mas como uma potência imanente à escrita, o que demonstra um amplo contexto histórico abordado pela obra, evidenciado por aquilo que, de fato, é a resistência, como descreve Bosi:

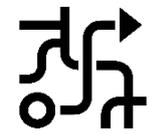
A resistência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico. Momento negativo de um processo dialético no qual o sujeito, em vez de reproduzir mecanicamente o esquema das interações onde se insere, dá um salto para uma posição de distância e, deste ângulo, se vê a si mesmo e reconhece e põe em crise os laços apertados que o prendem à teia das instituições. (BOSI, 1996, p. 26)

Essa luz revela João Jesus de Paes Loureiro como um militante contra o Governo, alguém vigiado, sequestrado, preso e torturado. Além disso, ilumina a cultura regional intrínseca à narrativa de resistência, com suas manifestações e apresentações. Essa cultura é composta por uma mistura de histórias que formam uma formação discursiva contraposta às representações do progresso e às relações de poder estabelecidas.

A partir desse referencial teórico-metodológico, revisamos o objeto desta pesquisa para evitar um tom panfletário, ainda que respeitando a dramaturgia como parte dos “valores mais autênticos e mais sofridos que emergem na superfície do texto ficcional”²⁰. Essa abordagem nos permitiu compreender com sensibilidade as sutilezas da escrita e interpretar os dados apresentados ou silenciados. Muitas vezes, o silêncio nos jornais da capital revelava mais do que a divulgação de agressões. A

¹⁹ Ver em KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006, p. 322.

²⁰ BOSI, 1996, p. 27.



publicação das poesias e comentários de Paes Loureiro, um abaetetubense, era frequentemente silenciada, apenas interrompida ocasionalmente por uma nova alcunha: subversivo.

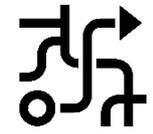
Talvez esse movimento de construir outras *intencionalidades* à prática da vida a partir dessas histórias possa reaver um momento em que as *agências* fossem alvo da história, por enquanto, a pesquisa ainda suscita o estudo sobre as resistências. Agência como ato de quem age, tal qual como resistência um ato de quem resiste. Pensar nas agências inclui alterar a perspectiva com que se observa o protagonismo de uma determinada história e verter a ordenação da narrativa entre coordenação e subordinação. Estas tão inócuas quanto cotidianas, estão entrelaçadas em tessituras de sentimentos e emoções, alvos das linguagens aferidas às personagens, às urdiduras da paisagem e aos descaminhos da imaginação literária. Só são possíveis - ou só foram - em conexão com estes encantamentos transcendentais do real; transfigurações amazônicas de uma poética do imaginário. É a resistência que fundamenta a narrativa da obra. Partilhada nas *mundiações* que circundam a região na figura do "caboclo falador", de Uirapuru²¹, ou Miguel dos Santos Prazeres, em *A terceira margem*²², é o caboclo prenhe de uma história de vida outra, diferente daquela que estamos habituados a ouvir. De uma cultura outra, diferente da que está presente na cultura vista do Brasil. Porque fundado em um marcador social de diferença, despreza de uma realidade possível um ponto de vista que associe nós mesmos a figura de caboclos; associa, entretanto, um desespero em alicerçar um progresso desordenado.

Somente entendendo que estamos diante de camadas amalgamadas de desestruturação da nossa experiência cultural, enquanto amazônidas, é que podemos perceber que Paes Loureiro traz uma resposta de igual forma: com um apanhado de alegorias e que constrói camadas que apresentam uma vista sobre o momento vivido. Ele não se limita a expor suas escolhas, mas as evidências nos nomes, nas falas e nos cenários. Além disso, ele apresenta a resistência por meio de detalhes do cotidiano, de experiências desvinculadas e do próprio patrimônio cultural.

Portanto, nada mais fascinante do que enriquecer sua peça teatral com elementos locais, como se dissesse: "aqui, a repressão é uma boiúna". É essa

²¹ HENRIQUE, Waldemar. Uirapuru. Belém, 1934.

²² MONTEIRO, Benedicto. A Terceira Margem. CEJUP: Belém, 1983.



serpente que faz pessoas desaparecerem e esquecerem como lembrar, e é preciso cortar-lhe a cabeça para que toda a realidade que um dia vivemos - aquilo que Thiago de Mello expressa em seu poema - possa ressurgir e ocupar seu lugar; um lugar não apenas na memória daqueles que o vivenciaram, mas também na memória coletiva do nosso país. Essa conexão é importante e é essencial resgatar essas vozes que se contrapõem às narrativas dominantes de um conceito genérico de país, que as apaga e torna invisíveis.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. Narrativa e Resistência. *Itinerários*, nº10, Araraquara, 1996; *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FONTES, Edilza J. Oliveira. A Comissão da Verdade na Universidade Federal do Pará: a criação de um acervo digital com testemunhos de violações dos direitos humanos. *História Oral*, v. 21, n. 2, p. 109-129, jul./dez. 2018;

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003;

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006;

MATURANA, Humberto. *Emoções e Linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Humanitas, 2009;

PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização*. Trad. Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012;

PRUDENTE, Gabriel. *Ler e copiar, ouvir e registrar: um dicionário jesuítico como instrumento de aprendizado da língua geral na amazônia setecentista*. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 10, n. 3, p. 641-657, set.-dez. 2015;

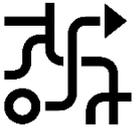
SELIGMANN-SILVA, M. Literatura De Testemunho: os limites entre a construção e a ficção. *letras*, [S. l.], n. 16, p. 9–37, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11482>. Acesso em: 05/05/2023;

_____. Narrar O Trauma – A Questão Dos Testemunhos De Catástrofes Históricas. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.65 – 82, 2008;

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FONTES

COMISIÓN AMAZÓNICA DE DESARROLLO Y MEDIO AMBIENTE, 1991;



Nota Oficial. Folha Vespertina, 1 de abril de 1964

LOUREIRO, João de Jesus Paes. A Ilha da Ira. IN: LOUREIRO, J. J. P. *Obras reunidas* V. 3. São Paulo: Escrituras, 2000;

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Levantamento bibliográfico dos estudos e pesquisas institucionais norteadores dos planos de desenvolvimento da Amazônia. – Belém: SUDAM, 2019. Disponível em: [http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/1567686PEDIDO_REFERENCIAS-SOBRE-OS-PLANOS-DE-DESENVOLVIMENTO%20\(1\).pdf](http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/1567686PEDIDO_REFERENCIAS-SOBRE-OS-PLANOS-DE-DESENVOLVIMENTO%20(1).pdf) acesso em 05/05/2023.

Recebido em 19/05/2023

Aprovado em 23/10/2023